

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.001 - SP (2019/0224289-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : RICHARD RODRIGUES DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : HEBERT CARDOSO - SP288258
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Agrava-se de decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que deu parcial provimento ao apelo defensivo apenas para reduzir a pena do recorrente para 14 (quatorze) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, mantendo sua condenação pela prática dos crimes dos arts. 157, § 2º, I, II e V, e 158, § 3º do Código Penal e 244-B da Lei n. 8.069/1990.

A defesa aponta a violação dos arts. 157, § 2º do CP; 384 e 386, IV e VII do CPP e 244-B da Lei n. 8.069/1990 alegando, em síntese: a) ausência de prova da autoria delitiva; b) que a configuração do delito de corrupção de menor exige a comprovação de que o menor veio a se corromper ou teve facilitada a sua corrupção em virtude da ação criminosa e; c) violação do princípio da correlação.

Aponta a defesa a violação dos arts. 373 e 384 do Código de Processo Penal e 18, I e 29 do Código Penal, alegando, em síntese, que a violação do princípio da correlação, tendo em conta que a condenação se distanciou da imputação feita pelo Ministério Público na exordial acusatória. Aduz, também, que o crime de porte de arma de fogo é de mão própria, inexistindo a possibilidade de ser praticado por mais de uma pessoa.

Contrarrazões às e-STJ fls. 636/650.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do recurso às e-STJ fls. 714/720.

É o relatório. **Decido.**

Superior Tribunal de Justiça

A irresignação não prospera.

Os elementos existentes nos autos informam que o recorrente foi condenado à pena de 14 (quatorze) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, pela prática dos crimes dos arts. 157, § 2º, I, II e V, e 158, § 3º do Código Penal e 244-B da Lei n. 8.069/1990.

A defesa alega, inicialmente, que não ficou comprovada nos autos a participação do recorrente na ação criminosa.

Ocorre que tal questão não pode ser analisada na via do recurso especial por ensejar o minucioso reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado pela Súmula n. 7/STJ. Nessa linha: HC n. 517.559/AC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 24/9/2019.

Sem razão a defesa também quanto à alegada violação do art. 244-B do ECA, isso porque a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.127.954/DF, firmou entendimento no sentido de que "para a configuração do crime de corrupção de menores, atual artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal" (REsp 1.127.954/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Seção, DJe 1/2/2012).

Por fim, também não há que se falar em violação do princípio da correlação, porquanto como bem decidiu o Tribunal de origem (e-STJ fls. 592/597) "malgrado a denúncia tenha capitulado o crime de roubo qualificado pelo concurso de agentes e emprego de arma, e crime de corrupção de menores, o certo é que a descrição fática das circunstâncias em que se realizaram os delitos amolda-se perfeitamente às figuras capituladas nos artigos 157, parágrafo 2º, incisos I, II e V, e 158, parágrafo 1º, do mesmo diploma legal, e

Superior Tribunal de Justiça

artigo 244-B da Lei nº 8.069/90, de sorte que veio a ser por eles condenados pelo preclaro Magistrado sentenciante, com adequada aplicação, à espécie, da regra inscrita no artigo 383 do Código de Processo Penal em consonância com o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça."

De fato, não se constata infringência ao art. 384 do CPP, isso porque nos termos da jurisprudência assente deste Sodalício, o réu se defende dos fatos e não da capitulação legal trazida na denúncia. Logo, o momento adequado para o ajuste da tipificação é o da prolação da sentença, porquanto o juiz, após percuciente análise dos fatos e provas carreados aos autos, poderá entender que o fato criminoso descrito na inicial acusatória merece outra definição jurídica e, valendo-se da *emendatio libelli*, conforme disposto no art. 383 do Código de Processo Penal, aplicará o adequado tipo penal à conduta perpetrada (*ut*, AgRg no AREsp 1478061/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 2/9/2019)

Ainda nesse mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. LATROCÍNIO IMPRÓPRIO TENTADO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. INEXISTÊNCIA. ATENUANTE DA CONFISSÃO PARCIAL. FUNDAMENTO DA CONDENAÇÃO. RECONHECIMENTO INVIÁVEL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não se vislumbra a alegada violação do art. 384 do Código de Processo Penal - CPP, porquanto não houve modificação da ação delitiva contida na imputação, persistindo os mesmos fatos narrados na peça acusatória, dos quais o réu se defendeu em sede de alegações finais, de modo que não é o caso de *mutatio libelli*.

[...]

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1771420/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 14/05/2019)

Quanto ao pedido do Ministério Público (e-STJ fl. 714), determino a comunicação do presente *decisum* ao Tribunal de origem para que

Superior Tribunal de Justiça

tome as providências que entender necessárias, inclusive no tocante ao início da execução provisória da pena do agravante, nos termos da Resolução n. 113/2007 CNJ, com a redação dada pela Resolução n. 180/2013 (arts. 8º/11).

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

